

## Mídia e pandemia

### Os sentidos do medo na cobertura de Influenza H1N1 nos jornais cariocas

## Media and pandemics

### The meanings of fear at 2009 H1N1 Influenza coverage in de Rio de Janeiro newspapers

*Kátia Lerner<sup>1</sup>*

*Pedro de Andréa Gradella<sup>2</sup>*

---

## Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os modos pelos quais os jornais *O Globo* e *O Dia* construíram sentidos relativos à Influenza H1N1 em 2009. Buscamos identificar como esta cobertura construiu a narrativa sobre a pandemia, quais os sentimentos mobilizados e as eventuais demandas suscitadas. Identificamos que um dos principais sentimentos encontrados foi o “medo”, devido ao caráter de “novidade”, “imprevisibilidade” e a forte expectativa de letalidade apresentada. Um outro ponto importante esteve vinculado à atuação do poder público no enfrentamento da pandemia, onde o medo ora servia como justificativa para a atuação das autoridades, ora era a base para a sua desqualificação, aparecendo como fonte mesma de insegurança. A ele estavam associados outros sentimentos, como desproteção e indignação, gerando demandas por ação. No entanto, tratava-se de uma reivindicação que desqualificava a esfera da política, reforçando o espaço dos jornais como o grande lugar legítimo para tal.

---

<sup>1</sup> Kátia Lerner é mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ e doutora em Sociologia e Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. É pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (LACES/ICICT/FIOCRUZ), onde coordena o Observatório de Saúde na Mídia.

<sup>2</sup> Pedro de Andréa Gradella é graduado em Ciências Sociais pela UFF e é pesquisador assistente do Observatório de Saúde na Mídia do LACES/ICICT/FIOCRUZ.

## **Palavras-chave**

Palavras-chave: mídia; pandemia; medo; poder público

## **Abstract**

This article seeks to investigate the meanings of the 2009 H1N1 Influenza in two Rio de Janeiro newspapers coverage: *O Globo* and *O Dia*. The goal is to identify how this coverage shaped a narrative about the pandemic, which emotions were mobilized and what demands were raised. The findings show that “fear” was one of the main feelings presented, due to the disease’s “novelty”, “unpredictability” and the strong expectation of lethality presented. Another important element was authorities’ image concerning to how they faced the disease. Fear was both an excuse for their action and the basis for its disqualification, appearing as the very source of insecurity. Fear was associated to other feelings such as insecurity and indignation, generating demands to authorities actions. However, this claim disqualified the sphere of politics, reinforcing the newspapers authority as the legitimate for such claims.

## **Keywords**

Key-words: media; pandemic; fear; governmental authorities

## I. Introdução

Em abril de 2009, os meios de comunicação de massa começaram a divulgar notícias sobre a ocorrência de um novo tipo de gripe. Tratava-se de um vírus pouco conhecido, sem formas de proteção definidas, sobre o qual se suspeitava haver um grau de letalidade maior do que o apresentado pelas modalidades conhecidas de Influenza. Os meses subsequentes foram repletos de matérias sobre a disseminação da doença pelo mundo, a crescente ocorrência de óbitos na população, e, acima de tudo, a enorme preocupação das autoridades e da sociedade em geral acerca desse novo contexto sanitário e das medidas a serem tomadas para conter a pandemia. A presença do tema no noticiário perdurou até a chegada do inverno, quando se iniciou o declínio do ciclo da doença, observando-se assim uma diminuição do interesse sobre o que nessa época era designado como *gripe suína*.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as formas pelas quais o jornalismo impresso construiu sentidos acerca da pandemia de Influenza H1N1. Focaremos, no entanto, em uma questão particular: identificar como esta cobertura se deu sob o ponto de vista das emoções. Como foi construída a narrativa sobre a doença pelos jornais? Que sentimentos foram mobilizados para narrar o encadeamento dos eventos? Como estes sentimentos se articularam e que eventuais demandas suscitaram?

Tomaremos como objeto empírico de análise *O Globo* e *O Dia*, jornais da chamada *grande imprensa*, que se encontram entre os periódicos de maior circulação no Rio de Janeiro. *O Globo* se caracteriza por ser um jornal voltado a um público de classe média e alta (define-se no site Infoglobo como “líder absoluto nas classes A e B”) e tem expressiva circulação no restante do país. Já *O Dia* tem entre seus leitores boa parcela das camadas médias e populares do Rio de Janeiro, e sua distribuição é mais concentrada no estado. A amostra foi selecionada a partir de alguns marcos específicos ocorridos entre os meses de maio e agosto de 2009, ligados aos três principais momentos referidos à doença: o surgimento do vírus, o primeiro caso de Influenza H1N1 no Brasil e o início dos óbitos.

## II. Narrativa jornalística, objetividade e subjetividade

A questão da notícia vem sendo objeto de investigação nos estudos sobre jornalismo desde os seus primórdios. O que faz com que um fato seja destacado dentre os demais e alçado à categoria “acontecimento jornalístico” é uma indagação que recebeu diferentes respostas segundo o enfoque teórico-metodológico do campo (WOLFF, 2003.). Foge ao alcance deste trabalho enveredar por este debate; para efeito das discussões aqui travadas, propomos entender as notícias como *discursos* cuja materialidade se dá através da narrativa jornalística.

Estamos trabalhando com a noção de *discurso* tal como utilizada pelo que se convencionou chamar de Semiologia dos Discursos Sociais. Pinto (1999), um dos principais expoentes e formuladores desta perspectiva, privilegiou tal noção, elegendo a idéia de contexto como eixo estruturante das metodologias de análise e articulando-a fortemente aos estudos midiáticos. Essa perspectiva entende “discurso” como o conjunto de textos articulados numa prática discursiva e parte do princípio de que o discurso é ao mesmo tempo processo de comunicação e prática social. As análises que daí derivam enfocam os processos de produção de sentido como práticas sociais contextualizadas.

Outro ponto que caracteriza os discursos é a sua propriedade de construir realidades. Eles não apenas relatam os objetos de que falam, mas, ao falar deles de modo específico, os constroem. Cada veículo analisado neste trabalho tem seu próprio modo de falar dos fatos e das instituições e, assim fazendo, produz sentidos específicos para aquele fato ou instituição. Estes sentidos circulam e se articulam com os muitos outros circulantes na sociedade (ARAÚJO, 2000).

Embora o texto jornalístico seja um discurso, cabe ressaltar que não se trata de um discurso qualquer, pois ele possui um estilo e regras próprias que o definem enquanto tal, diferenciando-o dos demais. Trata-se de um *gênero discursivo*, isto é, um tipo relativamente estável de enunciados (BAKHTIN, 2010: p.262), mas que não é algo rígido, e sim sujeito às tensões das apropriações e recriações cotidianas da prática comunicativa.

O que nos interessa aqui destacar é que, no caso do texto jornalístico, trata-se de um gênero fortemente marcado pelas idéias de objetividade e neutralidade. Embora sua produção textual traga estes elementos, isto, no entanto, não se configura como uma marca “natural” do jornalismo, e sim algo historicamente constituído, com variações ao longo do tempo e entre distintas tradições jornalísticas em diferentes contextos nacionais. Ribeiro (2007), ao falar sobre as especificidades da imprensa brasileira, destaca que a reforma jornalística ocorrida nos anos 1950 promoveu uma reorganização da estrutura deste setor (como profissão, deontologia e empresa) e trouxe implicações nos processos de produção de sentidos. Nessa reforma, o texto jornalístico se afastou da idéia de palanque e tribuna e passou a se estruturar segundo os valores de neutralidade e objetividade, como novas formas de autolegitimação (RIBEIRO, 2007). Isso se expressou, por exemplo, pela separação entre textos opinativos e informativos na organização espacial do jornal, dividido em sessões como editorial, cartas de leitores e artigos, entendidos como o espaço da subjetividade, enquanto as reportagens, notas e notícias eram tidas como o espaço em que preponderava a informação, entendida como “objetiva”.

A constatação de que os princípios da objetividade e neutralidade são formas de autolegitimação implica em problematizar a crença de que o discurso jornalístico seja um relato do mundo tal e qual ele é. O jornal também não é o “espelho do mundo”, pois, tal qual qualquer discurso, ele é posicionado histórica, cultural e ideologicamente – e, portanto, não se constitui um olhar exterior à sociedade. Bakhtin (2010) foi preciso ao dizer que todo discurso refrata a realidade: são necessárias alterações, porque todo e qualquer discurso é constituído por lógicas internas de funcionamento e estruturação (suas “gramáticas”), por modos específicos de interpelar o seu interlocutor e ser reconhecido por ele (seus modos de endereçamento e de reconhecimento) e por um conjunto de determinações e mediações (a sua exterioridade constitutiva).

No caso do texto jornalístico, ele contém em si diferentes discursos em disputa, que são organizados e em alguma medida estabilizados. Na sua operação de seleção, organização e transformação de fatos em acontecimentos jornalísticos, traz os múltiplos textos que vão compor o texto final que chamamos de “jornal”, no qual encontramos diferentes vozes que expressam o sistema de crenças e valores da sociedade (e que por sua vez ajudam a recriá-

los). Esse texto é múltiplo e heterogêneo não apenas nas vozes que convoca e nos sentidos que propõe mas também naquilo que nos provoca e mobiliza. Neste sentido, constitui-se como um espaço de expressão e construção de emoções dos que nele escrevem e o lêem. É a partir destas questões que se sustenta a proposta de uma investigação sobre as relações entre narrativa jornalística e emoções. Estamos entendendo esta narrativa fora das oposições objetividade x subjetividade, racional x emocional, pois nosso intuito é justamente perceber como esses elementos se articulam no texto/contexto jornalístico.

Dessa forma, partimos da noção de *discurso* para analisar especificamente a *narrativa* jornalística: o modelo simbólico que apreende o mundo, privilegiando a organização semântica da linguagem na sua função referencial, embora todo esse procedimento seja de caráter valorativo, subjetivo e social (SODRÉ, 2009). Nesse sentido, o que particulariza a narrativa jornalística é o modo como as histórias são contadas dentro de *estruturas formais* classificadas como mais objetivas, neutras e imparciais que, ao mesmo tempo, endereçam emoções, sensações, desejos e demandas de ação.

### III. A construção social das emoções

Antes de empreender uma análise do material empírico, caberia ainda problematizar o que se está entendendo por emoções e como podemos utilizar este conceito. Vários autores nas ciências sociais tomaram este fenômeno como seu objeto de estudo, entre eles Marcel Mauss, em seu clássico texto “A expressão obrigatória dos sentimentos” (MAUSS, 2001[1921]). Seguindo a tradição da Escola Sociológica Francesa, o autor irá caracterizar as emoções como um fenômeno eminentemente *social*. Ao analisar as manifestações de dor em ritos funerários australianos, afirma que “todos os tipos de expressões orais dos sentimentos (...) são essencialmente (...) fenômenos sociais, marcados eminentemente pelo signo da não-espontaneidade, e da obrigação mais perfeita” (MAUSS, 2001: p.325).

Essa não-espontaneidade é exemplificada quando assinala que a manifestação destes sentimentos é sempre realizada em público e em momentos bastante específicos. Mauss acrescenta que também os agentes desta expressão são fixos. Eles o fazem não apenas porque

estão expressando algum sentimento, mas porque são obrigados a fazê-lo, seja devido ao tipo de vínculo que têm com o falecido (serem parentes e aliados), seja devido ao gênero em questão – em geral são mulheres com “certas relações de direito”, como mães, irmãs e viúvas. Acrescenta por fim que a regra atinge ainda a manifestação em si dos berros: há um certo número de brados dos quais elas devem se incumbir. (MAUSS, 2001: p.331).

A despeito de marcar fortemente a dimensão social, externa e obrigatória, Mauss não está fazendo uma oposição entre social-individual, externo-interno, obrigatório-espontâneo. Ele diz que “esse convencionalismo e essa regularidade não excluem de forma alguma a sinceridade (...); tudo é ao mesmo tempo social e obrigatório e, todavia, violento e natural” (idem, p.330). Segundo ele, o caráter coletivo em nada prejudica a intensidade dos sentimentos e reforça que essas expressões coletivas “são mais do que simples manifestações, são sinais, expressões compreendidas, em suma, uma linguagem. (...) Ela os manifesta a si mesma exprimindo-os aos outros e por conta dos outros.” (idem, p.332).

Essa mesma dimensão social das emoções se encontra no texto de Maurice Halbwachs (2009). O autor concorda que a emoção é algo vivido em grupo, e destaca que esta vivência compartilhada não apenas viabiliza a sua ocorrência como também a *potencializa*, pois os afetos vividos coletivamente *se tornam mais fortes*. Ainda que enfatize a dimensão social (e neste aspecto ele é muito mais dicotômico do que Mauss, atribuindo demasiada primazia ao coletivo), Halbwachs no entanto relativiza uma outra oposição, centrada nas categorias emotividade x racionalidade. Longe de opor estas duas instâncias, este autor sugere que “os estados afetivos são tomados por fluxos de pensamentos que vêm em nosso espírito do exterior, e que estão em nós porque se encontram também nos outros. (...) O homem não deixa de ser social, raciocina, pensa” (HALBWACHS, 2009: pp.201-202).

As contribuições destes autores foram muito úteis para o debate por nós realizado. Pois, se como sugerem Mauss e Halbwachs, os estados afetivos são fenômenos eminentemente sociais (ainda que não excluam a dimensão individual), e que não se opõem ao racional, estudar as emoções significa, através delas, compreender as representações sobre as relações sociais, as instituições e as normas morais de um dado contexto social. Quando falamos de sua dimensão social não significa apenas que sua *origem* se dê na sociedade, mas

também que se trata de fenômenos *vividos coletivamente*. Isso assume sentidos particulares no nosso caso, onde a manifestação e vivência compartilhada de emoções se dão em um coletivo bastante específico, os meios de comunicação de massa – e, mais especificamente, o jornalismo impresso.

#### IV. O início da cobertura de *O Globo* e *O Dia* sobre a Influenza H1N1

Ao analisarmos os textos jornalísticos publicados no jornal *O Globo*, um primeiro ponto que se destaca é a forte *dimensão espacial* desta narrativa, como se atesta nos exemplos a seguir: “*México* apela para povo ficar em casa” (CAPA, 01/05/09), “OMS recomenda que *Hemisfério Sul* se prepare” (O MUNDO, p. 25, 01/05/09), “Gripe suína chega à *Ásia*” (O MUNDO, p.23, 02/05/09, grifos nossos). Ainda nessa mesma reportagem há uma ilustração localizando os demais países onde a doença já se manifestou, como *Canadá, EUA, Israel, França, Holanda, Áustria, Suíça* etc. Esta geografia da doença, expressa com o recorrente recurso a mapas, está ligada à sua propagação pelo mundo e sua rápida transformação em *pandemia*, o que se observa também pelo acompanhamento dos níveis de alerta da OMS, que se inicia já na fase 5 decretada no dia 29/04/09, passando logo em seguida para a Fase 6, em 11/06/09, considerada o mais alto nível de pandemia. Tal relato é perpassado pelos sentimentos de *tensão* e *apreensão*; não por acaso o selo criado pelo jornal para o tema seja uma tarja preta onde se lê “Alerta na saúde”.

Esses sentimentos, no entanto, não estão ligados apenas ao seu deslocamento no espaço, mas também a um outro movimento, que ocorre no tempo. Acompanhamos diariamente, numa tensão crescente, a narrativa linear sobre a propagação da doença pelo mundo na expectativa do dia em que ela *finalmente chegará ao Brasil*. Esta não é uma hipótese remota, seja pelos casos que estão sendo monitorados, mas principalmente pelo destaque dado à fala oficial: “Ministro da saúde afirma que *é inevitável a chegada do vírus da gripe ao Brasil*” (O MUNDO, p. 24, 02/05/09, grifo nosso). Outro exemplo diz respeito a uma matéria sobre o hantavírus, caracterizado como um “vírus letal e pouco conhecido”, na qual foi feita uma associação com o H1N1. O texto se encerrava com a frase proferida por um



virologista cujo saber científico legitimava a sua previsão: “*Em algum momento haverá uma pandemia e precisamos estar preparados*” (CIÊNCIA/SAÚDE, p. 45, 03/05/09, grifo nosso).

Se está claro que esta tensão está associada ao medo que a doença chegue, no entanto cabe a pergunta: por que essa doença especificamente dá medo? No livro *Epidemics and ideas*, o historiador Paul Slack chama a atenção ao fato de que a forma como as doenças foram percebidas no passado, bem como as reações que despertaram, assumiram configurações distintas segundo diferentes elementos. Dentre eles, destaca: a) o caráter de novidade ou de familiaridade da doença; b) a violência da epidemia, medida em termos de seu grau de mortalidade e sua duração no tempo; c) a incidência geográfica e social e d) seus antecedentes de mortalidade e morbidade (SLACK, 2001: pp.5-6).

No caso da cobertura de *O Globo*, observa-se que esses itens aparecem em geral associados a um grande grau de periculosidade. Trata-se de uma doença “ínédita”, com a qual temos pouca familiaridade, sendo o vírus caracterizado como algo praticamente desconhecido. Ignorância, imprevisibilidade e falta de controle são os elementos a ele associados (“Este é um novo vírus. Não sabemos qual a sua capacidade de adaptação a fatores como calor, seres humanos. Há todo um espectro de fatores (novos)”. Michel Ryan, especialista da OMS, O MUNDO, p. 25, 01/05/09. “Cada doença nova é, por definição, imprevisível”, diz Margareth Chan, diretora-geral da OMS em entrevista. O MUNDO, p.25, 05/05/09). Por fim, embora não se tenha uma memória da doença em si, sua associação com outras doenças extremamente agressivas como hantavírus, gripe aviária, síndrome respiratória aguda grave e gripe espanhola faz com que seja acionada uma outra memória, outros antecedentes que são apropriados e ressignificados como seus antecedentes simbólicos, “evidência” de sua potencial letalidade. Neste momento, a gripe, que em geral é associada a uma experiência cotidiana, quase uma não-doença, perde seu estatuto de banalidade sendo reclassificada como uma ameaça letal.

Neste clima de medo, a “turba” aparece como fortemente ameaçadora (“O presidente do México pede a todos que fiquem em casa”, CAPA, 01/05/09; “casamentos, batizados e bodas são cancelados”, O MUNDO, p. 23, 02/05/09). O espaço público é o grande lugar de perigo, o que pode ser percebido através do principal cenário onde as fotos são registradas: o

aeroporto e o hotel, espaços emblemáticos do deslocamento, seguidos da praia, igreja e escola. Em *O Globo*, esses locais são perigosos pois são espaços de contágio, e em geral os personagens são famílias vestidas com a máscara de proteção.

No entanto, um elemento que se destaca na cobertura de *O Globo* é que essa grande tensão e medo se dão não apenas pelo vírus em si, mas porque *não estamos aptos a combatê-lo*. Essa sensação de desproteção é fortemente marcada pela escassa presença do poder público brasileiro nos textos publicados. Em geral a fala autorizada aparece através da Organização Mundial de Saúde, que embora alardeie os perigos da doença aparece como uma instância de *cuidado* (atenta, dando explicações sobre o vírus, buscando remédio, prometendo a produção da vacina). O mesmo não pode ser dito quanto às autoridades brasileiras, o que pode ser observado na matéria principal do dia 02 de maio, quando o texto iniciava com a fala tranquilizadora do Ministro da Saúde afirmando que “não há motivos para pânico e que o país está preparado para combater a doença” (O MUNDO, p.24, 02/05/09). Em seguida, trazia o número de casos suspeitos no país informando que “o governo brasileiro tem estocado 9 milhões de doses do medicamento contra Influenza”. No entanto, na seqüência a esses dados reconfortantes, era imediatamente enfatizado o medo dos passageiros de contrair a doença, através do exemplo no Rio de Janeiro de uma moça grávida de três meses e de passageiros em São Paulo vindos do México que se queixavam de “falta de informação”, falta de “controle ou inspeção” tanto no embarque quanto no desembarque, numa clara crítica às autoridades.

Impressão semelhante se tem no texto do dia 05/05/09. Nele o poder público aparece trazendo dados sobre os casos suspeitos acompanhados, solicita a liberação de recursos para equipar portos e realizar campanhas e informa sobre a chegada de kits de diagnóstico mais eficazes. No entanto, embora o texto seja majoritariamente sobre isto, ele encerra com a notícia de falecimento de uma doente que retornara dos EUA. Aqui reside sua ambigüidade: ao mesmo tempo em que diz que a Secretaria Estadual de Saúde estava aguardando os resultados do exame para saber com certeza a causa da morte, encerra dizendo que o Ministério da Saúde já havia concluído que a mulher havia morrido de pneumonia, deixando no ar uma suspeita sobre a confiabilidade deste último órgão na informação sobre os casos acompanhados.

No entanto, será na sessão *Cartas dos Leitores* que isso será colocado com mais virulência. Entre as 10 missivas enviadas, 7 abordavam a ineficácia do poder público e apenas 1, datada de 07/05/09, continha uma resposta do Ministério da Saúde às críticas sofridas. Como apontam os trechos abaixo:

Senhor Ministro Temporão, o Brasil não está sequer preparado para enfrentar as doenças com as quais convivemos diariamente, como febre amarela e dengue, quanto mais para garantir tratamento para uma gripe causada por uma cepa sobre a qual nada sabemos (...) (01/05/09)

(...) Se o Brasil não consegue controlar epidemias de dengue e de conjuntivite, imaginem de uma nova moléstia como essa? Nessa hora, precisávamos de um Oswaldo Cruz que sem medo de críticas e de forma radical erradicou a febre amarela do Rio de Janeiro, e isso foi em 1907. (05/05/09)

Insegurança, desconfiança, descrédito... os leitores não apenas “denunciam” a suposta incompetência das autoridades como também as interpelam constantemente, inclusive nominalmente (“Sr. Ministro Temporão!”). Novamente observamos o acionamento da memória de outras doenças mas, neste caso, isso não se caracteriza como antecedentes que evidenciam sua letalidade mas sim como prova de sua “incompetência”. Há inclusive em uma destas falas uma clara demanda pela ação do poder público que insinua a autorização a um viés autoritário: a ação pode – e deve – ser “radical”, sem “medo de críticas”.

Cabe lembrar que essas cartas não representam a pura transposição da opinião dos leitores para o jornal, mas também aqui há um processo de mediação em que se define quais cartas serão publicadas, quantas, quando, qual trecho será ou não cortado e assim por diante. Também em alguma medida as cartas de leitores revelam a opinião do próprio jornal. Assim, não é surpresa que o mesmo tom acusatório seja identificado em outro texto de caráter opinativo. No único editorial encontrado, intitulado *Ações rápidas*, o jornal, citando a fala da OMS, diz que “diante da ameaça comum” (a pandemia) as autoridades “devem agir eficaz e rapidamente”. Diz ainda o texto: “Postergar medidas, mitigar responsabilidades e minimizar o potencial de riscos para a população – para não criar ‘pânico’ – devem passar ao largo do manual de conduta do poder público.” (OPINIÃO, p. 6, 01/05/09). O editorial enfatiza ainda a necessidade de se realizar ações preventivas, como o cuidado com fronteiras, prescrevendo que “se encare a ameaça de frente”, e com “presteza”. Identifica na tarefa de redução

substancial da margem de infecção pelo vírus um grande desafio às autoridades sanitárias e conclui que o grande antídoto para isto tudo é a “informação clara, veraz”. Ou seja, a doença não é apenas provocada pelo vírus H1N1, mas também pela falta de informação e transparência das autoridades. Junto à desqualificação do poder público encontra-se a potencialização da voz da imprensa, aquela que aparece no editorial como claramente capaz de fornecer o “antídoto” para nossos males.

A análise dos textos publicados no jornal *O Dia* traz questões bastante distintas do que foi encontrado anteriormente. Se n’*O Globo* é possível identificar uma narrativa que se constrói linearmente no tempo trazendo a aproximação iminente e progressiva da ameaça exógena/estrangeira, a abordagem de *O Dia* nos faz pensar que esta ameaça já está potencialmente aqui, através do destaque dado ao número de suspeitos e monitorados entre nós. Esta sensação se constrói diante do caráter eminentemente *nacional/local* da cobertura: o perigo está nas fronteiras, *mas já é presente também no Brasil, no Rio de Janeiro e até no bairro* (“Gripe suína: aviões e navios que chegam ao *Brasil* são desinfectados”. CAPA, 01/05/09; “*Rio* já tem um caso de gripe suína”. CAPA, 02/05/09; “Gripe suína: número de casos suspeitos dobra no *Brasil* em 24h”. CAPA, 03/05/09 - grifos nossos). A apreensão portanto não passa só pela chegada da doença de fora, mas pela confirmação ou não dos possíveis casos que estão *ao nosso lado*. Partindo do local para tratar do global de forma periférica, configura-se uma narrativa elíptica. Esse deslocamento espacial no entanto não se configura na dimensão temporal: não há uma sucessão de acontecimentos em direção à chegada da doença, este evento já é evidente e sempre atual através do que *de fato já ocorre*: os casos “suspeitos” e “monitorados”.

No entanto, acreditamos ainda que a abordagem focada nesses casos produza um efeito diferenciado no que diz respeito ao temor da população com relação à doença. A constante presença do termo *monitorado* (que inclui ações como a quarentena e o isolamento de possíveis portadores do vírus) traz ainda outros aspectos, ligados ao modo como o jornal constrói o entendimento sobre o papel do poder público. Este não só está presente como o faz de modo competente. Várias matérias apontam nessa direção: “Pente-fino nos aviões que vêm do exterior – governo determina que todos os vôos passem por inspeção devido à gripe suína”(ESPECIAL DO DIA, p.2, 01/05/09) revelando que vôos estão sendo “monitorados”

(aviões desinfetados, lixo incinerados, passageiros com sintomas acompanhados) de forma precisa e cuidadosa, como sugere o termo “*pente-fino*”. A reportagem do dia seguinte aponta que “o governo cogita vigiar estradas”, e cita ações firmes como a liderança ao sediar uma reunião com países da América do Sul para desenvolver estratégia conjunta de enfrentamento à doença. Também o governo estadual é citado ao inaugurar uma sala que servirá como posto de saúde no aeroporto para casos suspeitos e o texto conclui informando que um órgão governamental (Fiocruz) já está trabalhando para desenvolver um exame específico para o diagnóstico da Influenza H1N1 (ESPECIAL DO DIA, p.2, 02/05/09).

Esses sentidos são potencializados pelas fotografias, nas quais predominam imagens dos funcionários nos aeroportos *em ação*: higienizando o avião, as pessoas, o metrô, uma trabalhadora em uma fábrica de máscaras descrita na legenda como estando “em pleno vapor”. Tudo isso expressa as ideias de “trabalho”, “limpeza”, “vigilância” e “prevenção”, revelando uma perspectiva ativa do poder público no intuito de conter e/ou amenizar os efeitos da pandemia anunciada. Assim, embora a *apreensão* também esteja presente neste jornal, a *insegurança* quanto ao poder público tão marcada no *O Globo* é substituída por um tom de *tranqüilização*, na medida em que os textos não apenas ressaltam a presença das ações como elas parecem ser positivamente avaliadas.

Cabe chamar a atenção de que não se trata de uma abordagem que exclui o medo, mas na qual a construção deste sentimento se dá de outra forma e devido a outras motivações. A grande fonte de tensão está localizada *no vírus em si*; neste ponto específico, os sentidos do medo identificados no jornal *O Dia* convergem para o que foi apontado anteriormente na abordagem de *O Globo* (novidade, imprevisibilidade, falta controle e assim por diante).

## V. A chegada da doença ao Brasil

A chegada da Influenza H1N1 no Brasil em 8 de maio de 2009 é noticiada pela seguinte manchete no jornal *O Dia*: “Gripe suína *chega ao Rio*”, localizada na parte inferior da página, seguida de subtítulo que termina “Ministro da Saúde confirmou mais três casos no País, mas todos receberam alta” (CAPA, 08/05/09). Aqui, alguns dos elementos

anteriormente apontados se mantêm, como o foco nacional/local. Ele está presente tanto no destaque dado ao Rio de Janeiro na manchete como na página dupla da editoria *Especial do Dia*, quando, ao apresentarem os casos de doença no país, enumeram num infográfico o que denominam de *pacientes* por uma ordem que parece a princípio cronológica (segundo a manifestação de sintomas), mas que depois descobrimos tratar-se de uma lógica regional, pois o paciente definido como no.1 foi o que reside no Rio do Janeiro (ainda que contaminado posteriormente) (ESPECIAL DO DIA, p.2-3, 08/05/09).

O segundo ponto a destacar é a intensidade do medo em relação à doença e à pandemia. O texto apresenta um tom mais temeroso do que o identificado no período precedente, o que pode ser observado pelo ameaçador prognóstico proferido pelo vice-diretor da OMS. “Se considerarmos as grandes epidemias do passado, uma estimativa razoável nos leva a pensar que um terço da população seria infectada. Nestas condições o número de pessoas que apresentariam complicações, desenvolvendo pneumonia, e morrendo, seria significativo”. A morte agora já aparece bastante palpável e iminente. Mais adiante, no mesmo pronunciamento, ele “baixa o tom”, quando afirma que “É prematuro fazer prognósticos sobre a propagação do vírus A(H1N1) em caso de pandemia”. No entanto, o texto jornalístico denuncia esse movimento tranquilizador através do comentário “suavizou ele, no final” (grifo nosso), lançando sobre ele desconfiança. O encerramento da matéria enfatiza a necessidade de se manter “alerta” quando o representante da Cruz Vermelha declara: “Nos últimos dias vozes se elevaram para acusar a comunidade internacional de ter agido de forma exagerada. Afirmamos que ainda é cedo para cantar vitória sobre o vírus: temos, até então um conhecimento bem imperfeito”. Ou seja, não é exagero, o temor é justificado.

Se o medo aumenta, no entanto, o pânico está contido. Um dos motivos para tal é a ação do poder público. Também a confiança nas autoridades é reforçada no jornal, o que se pode atestar de vários modos. A sessão *Especial do dia* apresenta uma reportagem mostrando três fotos bem significativas. A primeira, localizada no alto da página, apresenta as instalações para possíveis doentes no Aeroporto do Galeão, observadas pelo Secretario de Saúde do estado do Rio de Janeiro em *contra plongeé*, o que reforça seu aspecto de autoridade. Uma menor mostra funcionários com máscaras higienizando talheres, com a

legenda “restaurantes do México reabriram esta semana”, e na última um agente desinfeta um ônibus na cidade do México. Em meio a essas imagens que reforçam a atuação do poder público (seja no Brasil ou no México) para lidar com a pandemia, temos destacada em grandes letras uma fala do ministro Temporão “Estamos preparados e em plena ação para dar segurança à população e conter a doença no nosso país”.

Outro elemento que expressa essa ideia é a publicação do primeiro editorial sobre o tema neste periódico, que recebe o sugestivo título “*Sem razão para pânico*”. Nele é pontuado que as ações tomadas no Brasil são semelhantes às tomadas em outros países, e aqui a comparação com outras experiências, diferentemente do que ocorre n’*O Globo*, é no sentido de mostrar a sintonia do país com as medidas cabíveis e seu acerto: “Talvez seja impossível impedir que novos infectados cheguem ao Brasil. Mas é possível evitar, como tem sido feito, que se transformem em vetores. *É o caminho certo.*” (OPINIÃO, p. 16, 08/05/09, grifo nosso). Outras passagens endossam o acerto das ações do poder público, ressaltando seu caráter democrático e transparente (“No Brasil, além das medidas profiláticas adotadas, há que se destacar a *transparência* com que as autoridades envolvidas com a saúde pública têm tratado o assunto”).

Diferente do que ocorre n’*O Dia*, no jornal *O Globo* não se observa o recrudescimento da noção de medo; este sentimento já se fazia presente de forma intensa desde o início e perdurou neste segundo momento. No entanto, pode-se dizer que a sua configuração narrativa se modificou, a começar pelo espaço onde a cena ocorre: a prioridade da cobertura sai do âmbito internacional/nacional passando para o nacional/regional. Os exemplos são vários: “*Brasil confirma 4 casos de gripe suína, um no Rio*” (CAPA, 08/05/09), acompanhada da reportagem “*Gripe suína chega ao Brasil*” (O MUNDO, p. 24, 08/05/09), “*Rio tem primeiro caso de gripe suína contraída no Brasil*”/”Homem foi contaminado na *Ilha do Governador* por amigo que veio do México”(título e subtítulo, CAPA, 09/05/09), “*Doença leva medo a moradores da Ilha*”/”Procura em hospital do *bairro* aumenta; no *aeroporto Tom Jobim*, autoridades tornam fiscalização mais rigorosa” (título e subtítulo, RIO, p.22, 10/05/09 – grifos nossos). Esse deslocamento inclusive é percebido na mudança de editoria. Com exceção do primeiro texto deste período publicado ainda em O MUNDO, a partir da primeira

contaminação autóctone os textos informativos vêm, na sua esmagadora maioria, na editoria RIO, ainda que eventualmente se refiram a um acontecimento internacional.

A segunda mudança observada diz respeito ao modo como a crítica ao poder público se configura. Enquanto no período anterior ela se expressava de modo manifesto através da voz dos leitores, e de modo implícito pela escassez de referências ao poder público, neste momento a ação das autoridades aparece e está repleta de ambiguidades. Os textos sobre o primeiro caso da doença no Rio e a primeira contaminação autóctone trazem de forma mais explícita a idéia de “ineficácia”. O primeiro inicia o relato de modo distanciado, abordando a confirmação dos 4 primeiros casos, seguindo com a fala tranquilizadora do Ministro da Saúde (“Estamos preparados, fiquem tranquilos. A situação está sob controle” O MUNDO, p. 24, 08/05/09) e alguns informes e orientações sobre como proceder em caso suspeito. Em seguida inicia o relato do “caso do Rio”, narrando o seu deslocamento e o aparecimento da doença. O tom descritivo, que a princípio apenas “informaria” os lugares por onde os infectados passaram, sinaliza o enorme perigo de propagação do vírus que tal deslocamento produziu, diante dos diversos aglomerados pelos quais passaram: festa e reunião, no caso do primeiro caso brasileiro, e churrasco e boate, no caso da contaminação autóctone. Esta última é descrita como tendo “seis janelas fechadas” e “ar condicionado central” por onde passaram “200 pessoas”. Esses relatos “descritivos” vêm seguidos da fala tranquilizadora das autoridades, tanto federais como estaduais. No entanto, no decorrer da cobertura isso começa a ser desconstruído, pois, a seqüência dos textos passa a trazer no seu encerramento elementos “desestabilizadores”, como contradições entre a fala do Ministro da Saúde e a do paciente, ou a clara desconfiança do jornal sobre o Ministério (“Ministério admite falta de controle no início”). A falha referida no título é que os “pacientes contaminados expuseram outras pessoas ao contágio”, como as narrativas “descritivas” já haviam “comprovado”.

No entanto, diferente do que ocorreu inicialmente no jornal *O Globo*, agora há uma maior ambigüidade nessas críticas. A partir da chegada da gripe os textos passam a ter um forte acento nos relatos sobre sua proliferação no país e no mundo. Curiosamente, isso não vem acompanhado da propagação do medo. Aqui encontramos por vezes uma cobertura na qual as autoridades brasileiras aparecem realizando seu papel de prevenção e proteção, gerando por momentos a sensação de cuidado.



Por fim, cabe mencionar em relação aos dois jornais que, se antes o grande protagonista da narrativa sobre a doença era o “vírus”, agora ele passa a ser *aquela que contraiu a doença*. Após sair da condição de “suspeito”, período liminar no qual situava-se numa condição intermediária (TURNER, 1974), assume a nova identidade de “doente”, na qual recebe diferentes nomes: “vítima”, “paciente”, “infectado”, “portador do vírus” e “vetor”. Esse sistema de nomeação revela os sentidos assumidos pela sua nova condição. Trata-se de um “paciente” que deve ser tratado pelo saber médico, uma “vítima”, condição “usual” daqueles que são afetados por uma doença, mas neste caso uma vítima ambígua, pois carrega a dupla condição daquele que sofre mas também daquele que *provoca o sofrimento*. Afinal, está “infectado”, é “portador” e “vetor” de transmissão. Deve ser protegido mas também a sociedade deve dele se proteger. Assim se entende sua paradoxal condição de “celebridade anônima”, pois todos conhecem o seu caso mas se protege a sua identidade para que não seja vítima de preconceito. Perde seu nome e sua individualidade, mas sua nomeação pelas iniciais remete à idéia de criminalização.

## **VI. Enfim, a morte esperada**

A questão da letalidade do vírus desde o início se configurou como um tema importante na cobertura. Nos dois jornais havia um debate em torno da sua real periculosidade e a ideia de morte era o pano de fundo que acompanhava a construção do medo frente à doença. Nesse sentido, a ocorrência da primeira morte em 28 de junho de 2009 em alguma medida retirou esta ideia de sua virtualidade e a transformou em um “fato concreto”, o que trouxe conseqüências tanto para os sentidos que assumiu e, conseqüentemente, para a forma como os jornais perceberam e noticiaram o evento.

Um primeiro dado interessante é que, após a ocorrência do primeiro óbito, observou-se uma mudança no quantitativo de publicações. Dados do Observatório de Saúde na Mídia da Fiocruz referentes às publicações sobre Influenza H1N1 nos jornais *O Globo*, *O Dia e Folha de São Paulo* apontam que foram encontrados 190 textos em maio, 142 em junho e 253 em julho (LACES, 2011). Ou seja, o momento inicial, marcado pela novidade e tensão, já aponta um número expressivo, seguido de relativo retraimento no mês seguinte, para

disparar em julho. Tendo o óbito ocorrido ao final do junho, não deve ser coincidência o número gerado a partir de então. Isso nos leva a crer que a morte tem grande valor-notícia; no entanto, cabe desnaturalizar esse achado e tentar entender por que ela tanto nos comove. A que sentimentos está associada? Que sentidos assume? De que morte, afinal, estamos falando?

Um primeiro elemento de reflexão é a quem esta morte atinge. O primeiro óbito ocorrido foi o de um rapaz jovem, de 29 anos, o “caminhoneiro gaúcho Vanderlei Vial”. Se observarmos quem aparece como as vítimas potenciais vemos que o perfil é o mesmo: em geral jovens (os dois primeiros casos do Rio, também na faixa dos 20 anos), mulheres (muitas grávidas) e crianças. Como dito anteriormente, as fotos trazem recorrentemente imagens de famílias (mães e filhas, casais). Trata-se portanto de uma morte que atinge a seres “ordinários”, de forma “precoce”, na qual a transformação do “jovem saudável” em “doente” e em seguida em “vítima fatal” é muito rápida, rompendo assim de forma violenta e abrupta o “ciclo natural” da vida.

Essa percepção se aproxima do que Norbert Elias fala ao refletir sobre a representação da morte em nossas modernas sociedades ocidentais. Ele chama a atenção para o fato de que nos Estados nacionais desenvolvidos esta perspectiva é bem diferente do contexto medieval: contraposto a uma vida passional, violenta, curta e selvagem temos uma maior pacificação interna da sociedade, um maior controle sobre as doenças e a fome e, com o crescente aumento na expectativa de vida, uma maior segurança e previsibilidade do seu curso natural. Isto certamente não elimina o medo da morte, até porque continuamos a ter experiências de temor neste sentido (como contextos de guerras e violência urbana) mas elas sem dúvida são tomadas como algo atípico, que nos choca e têm a dimensão de algo extraordinário.

Elias caracteriza este processo como “repressão da morte”, que ocorreria tanto no plano individual como no coletivo. O autor acrescenta que a esta atitude se somariam as características do processo civilizador, onde os aspectos animais da vida humana, vistos como fonte de perigo, são progressivamente diminuídos da vida diária. “Limpendo” de nossas vistas os perigos biossociais, morremos de forma cada vez mais solitária, em hospitais, idealizando a morte para o final de nossas vidas, cercados de nossos parentes queridos,

retirando de nosso cotidiano os vestígios deste difícil e incômodo lembrete sobre nossa própria finitude. O sentimento de morte, assim como a visão dos moribundos e mortos, seriam então experiências cada vez menos familiares (ELIAS, 1989:21).

No entanto, no caso estudado, os perigos biossociais não foram afastados, mas voltam de forma ameaçadora. A dimensão animal da vida humana retorna através da combinação dos genes humano, aviário e suíno, resultando em uma gripe ligada à natureza e sobre a qual a cultura – ao menos neste momento - é parcialmente impotente e agente importante no acirramento do medo. Mesmo se tivéssemos autoridades nas quais confiássemos isso já nos geraria temor, quanto mais se elas se configuram como “ineficazes”.

Nesse sentido, o momento da morte é quando esta desconfiança chega ao seu auge na cobertura. Isso é especialmente rico na abordagem dos jornais sobre a morte do caminhoneiro Vanderlei. No caso do jornal *O Dia*, ela aparece através de uma foto na qual vemos em primeiro plano três mulheres de mãos dadas chorando sobre o caixão, em grande estado de comoção. A legenda diz que “Com máscaras, parentes e amigos foram ontem ao enterro de Vanderlei Vial, morto no Rio Grande do Sul”. O interessante é que a foto ilustra uma matéria cuja questão central é outra: o informe de que o principal remédio utilizado para combater “a doença que avança no mundo” revelou-se ineficaz (“Vírus resistente a remédio – Dinamarca registra 1º. Caso de paciente com gripe suína que não responde a tratamento com Tamiflu”- SAÚDE, p. 24, 30/06/09). A continuação da reportagem traz um terceiro tema. Sob o intertítulo “Gripe nas escolas do Rio”, registra o avanço da doença no Brasil e no Rio com a ilustração de um Box que apresenta números preocupantes (625 casos Brasil e 66 no estado do Rio).

Esses três eixos narrativos são aparentemente distintos, no entanto, encontram-se entrelaçados, pois parecem sugerir que a ameaça da morte encontra-se ainda mais forte (como revelam os dados mostrados) pois o principal remédio revelou-se ineficaz. Esse medo é também reforçado no editorial, o qual, diferente do editorial anteriormente descrito (“Sem razão para pânico”, OPINIÃO, p. 16, 08/05/09) que reiterava a confiança no poder público no enfrentamento da doença, agora diz que está “Aceso [o] sinal de alerta”. Destaca o grande aumento no número de “infectados” e passa a falar em nome da população, mostrando que o

jornal saiu da antiga certeza frente às autoridades para um estado de suspeição e interpelação. O editorial diz que a expectativa da população é o “rigor [das autoridades] no acompanhamento às pessoas que contraíram o vírus no exterior” e a transparência na divulgação da evolução dos casos registrados pois “deixar a população bem informada, à essa altura do campeonato, é o mínimo que se espera de um governo democrático”.

Observa-se n’*O Globo* uma maior ambigüidade. A notícia merece capa e a reportagem principal apresenta um título evocando a gravidade do ocorrido: “A 1ª. morte por gripe no Brasil”. Sendo a primeira, supõe-se que seja seguida de várias outras e a ambigüidade também está presente quando diz que o “Ministério da Saúde afirma que nada muda na estratégia do governo de combate à doença”. Há um diálogo desta afirmativa por parte das autoridades com as críticas que permanentemente estavam sofrendo, mas há também a crítica implícita do jornal: a despeito da morte, *nada será mudado*.

A despeito dessas observações iniciais, a foto é o espaço em que a emoção está contida: uma mulher de máscara debruça-se sobre o caixão, com visível sinal de dor. No entanto, o texto noticioso revela um tom mais comedido, trazendo, como foi apontado anteriormente, a perspectiva mais ambígua de *O Globo* na sua abordagem sobre a ação das autoridades neste momento de crise. Isso não representa, no nosso entender, uma aprovação, mas uma contenção momentânea. Cabe lembrar que as críticas estavam sendo feitas de modo constante e regular desde o início do evento epidemiológico e que a grande arena de indignação e embate, as cartas dos leitores, permaneceu com sua virulência inicial, abordando o tema de forma relativamente inalterada.

## **VII. Considerações finais**

Observa-se na cobertura dos jornais *O Globo* e *O Dia* algumas semelhanças: ambos têm no medo um elemento estruturante de sua narrativa. No entanto, a forma como isso se constrói é diferente em cada jornal. Enquanto n’*O Globo* trata-se de uma narrativa marcada pela insegurança desde o início, n’*O Dia* esse sentimento vem em um crescente, até que atinge o seu ápice no contexto dos óbitos.

Um outro ponto em comum diz respeito aos elementos a que esse medo está associado no que tange às representações sobre a doença em si: seu caráter de imprevisibilidade, novidade e falta de controle, a multidão que propicia o contágio e a grande questão de fundo: a morte.

No entanto, essas questões comuns são perpassadas por uma outra diferença crucial: a forma como os jornais tratam do poder público. Enquanto *O Dia* aponta a condução transparente e eficaz das autoridades (o que apenas muda um pouco na ocorrência das mortes), em *O Globo*, o medo acaba sendo reforçado pois o perigo não é apenas “externo”, mas também vem “de dentro”, diante da ausência deste poder. Aqui, ao medo soma-se a sensação de desproteção e indignação, com uma clara interpelação às autoridades. No Globo isto aparece com especial força nas Cartas dos Leitores, mas é representativo do jornal como um todo. Este é o grande espaço em que o medo das autoridades se coloca, e onde demandas são suscitadas. No entanto, são demandas vagas, despolitizadas, pois não reconhecem no espaço da política um espaço legítimo. A interpelação visa muito mais a desqualificá-la do que a um chamado concreto à ação. Nesse enfraquecimento, o lugar do jornalismo é reforçado, fazendo um movimento de autolegitimação. Esses comentários, longe de serem conclusivos são, ao contrário, propostas a serem aprofundadas posteriormente, no âmbito de um projeto em construção.

## Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Inesita Soares de. *A Reconversão do Olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ELIAS, Norbert. *La soledad de los moribundos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. A Expressão das emoções e a sociedade. In: *Revista Brasileira de Sociologia das Emoções*, v.8 n.22, pp. 201 a 218, abril 2009.
- LACES. *Monitoramento da gripe H1N1 na mídia impressa - Apresentação de Resultados (Quinto Relatório)*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Ministério da Saúde, fevereiro de 2011.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso: Introdução a Análise de discurso*. São Paulo: Hackers Editores, 1999.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50*. Rio de Janeiro: E-paper, 2007.
- SLACK, Paul. Introduction. In: *Epidemics and Ideas: Essays on the Historical Perception of Pestilence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- SODRÉ, Muniz. *A Narração do Fato: Notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2009.
- TURNER, Victor. *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes Ltda, 1974.
- WOLFF, Mauro. *Teorias das Comunicações de Massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.